

ENTRE OUTROS ARTIGOS:

REYDOR FERREIRA LIMA — Panorama Bancário Nacional	PAG. 11
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Condições Sociais da Industrialização de São Paulo	31
E. L. BELLMACK — Sobre as Preterizas e Bases da Educação Nacional	54
UOTAVO BRAMBÃO — Literatura sem Ideologia?	59
CAJO PRADO JUNIOR — Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil	105

Profº ANSELMO

FLG 582 — G.E.S.P.

Aula / 9 Cópias

5/6/7

28

Fernando Henrique Cardoso

CONDIÇÕES SOCIAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE SÃO PAULO (*)

Como se sabe, foi na área do Estado de São Paulo, e mais especialmente na cidade de São Paulo, que o processo de industrialização do Brasil teve maior impulso. Até hoje, entretanto, ninguém analisou sistematicamente as condições sociais que permitiram o desencadeamento deste processo. Ouso, contudo, apresentar o esboço que se segue na convicção de que os dados esparsos e os estudos existentes já permitem que se indique, nas grandes linhas, as condições sociais que suscitaram ou favoreceram a industrialização de São Paulo.

Creio, por outro lado, que as considerações que faço neste artigo possuem algum interesse para o público estrangeiro por dois motivos principais. Primeiro, porque o assunto em si mesmo pode ter significação para os estudiosos que se interessam pelo conhecimento do Brasil e dispõem de bibliografia escassa ou de acesso difícil. Segundo, porque, na verdade, quando se analisa as condições que possibilitaram a industrialização de São Paulo está-se discutindo as condições que permitiram a industrialização de uma área subdesenvolvida cuja economia se assentava na agricultura de produtos de exportação. Ora, tal situação é comum a muitas áreas subdesenvolvidas, e, neste sentido, as considerações sobre São Paulo podem ser referidas

(*) Artigo escrito para a revista *Ciencias Políticas y Sociales*, da Universidad Nacional Autónoma do México, México, D. F., destinado igualmente à Revista Brasiliense.

CSC

comparativamente a outras áreas não brasileiras, resultando de sua análise explicações que possuem interesse geral.

O esquema usualmente utilizado para a explicação do crescimento industrial do Brasil, e de São Paulo, leva em consideração apenas as condições econômicas e naturais exigidas pela industrialização. Omite, pois, as condições sociais que a permitiram. Descreve-se o processo de industrialização como se fosse possível criá-lo integralmente todas as vezes que determinadas condições econômicas o propiciassem. Assim, analisa-se o mecanismo pelo qual o Brasil, como país economicamente dependente, ligava-se ao mercado internacional, enfatizando-se que numa economia de tipo colonial o fluxo da renda gerada pelo setor de exportação consumia-se na importação de produtos industriais fabricados pelos países altamente industrializados. Mostra-se, em seguida, que todas as vezes que o mercado mundial sofria alguma alteração que afetava a possibilidade de manter este sistema rígido de exportação agrícola — importação industrial, aumentava a produção nacional de bens industrializados. Dito noutras palavras: todas as vezes que havia uma interrupção no fluxo para o exterior da renda gerada pelo setor de exportação da economia, criavam-se estímulos para a aplicação desta renda no País. Por isto, as guerras mundiais são geralmente apontadas como as causas da industrialização do Brasil, uma vez que no seu decurso não havia possibilidade de consumir a renda gerada pela economia exportadora do País através da importação de produtos industriais, cujo consumo, ao mesmo tempo, continuava a ser requerido. Consideram-se, pois, as condições necessárias para a industrialização tanto do ponto de vista do mercado de capitais, como do mercado de consumo de bens de uso. X

X Por outro lado, a explicação corrente sobre a razão pela qual os capitais disponíveis nestes momentos de funcionamento anômalo do mercado internacional tendiam a inverter-se em São Paulo e não noutras áreas do Brasil apela para duas ordens básicas de argumentação. Afirma-

se que os grandes capitais gerados pela economia de exportação estavam em São Paulo, que era a região de economia cafeeira mais extensa e produtiva, e assegurava-se que dentro do Estado de São Paulo foi a sua capital (cidade de São Paulo) a área que mais se beneficiou em termos de crescimento industrial por causa de um conjunto de condições naturais ou morfológicas (localização geográfica, água abundante para a exploração de energia elétrica, rede de comunicações etc.) que garantiram o êxito da industrialização da cidade.

Embora estas explicações possuam algum valor, creio que são parciais e, do ponto de vista sociológico, insatisfatórias, pois negligenciam a caracterização da natureza do processo de industrialização no Brasil. Isto é, deixam de considerar as condições sociais que atuaram como um pré-requisito para a industrialização nos moldes em que este processo efetivou-se: omitem a discussão do regime social de produção que permitiu a industrialização.

Ora, como é sabido, a organização industrial da produção supõe além da tecnologia que serve de suporte para o sistema, um conjunto complexo de condições sociais que surgiram, pela primeira vez na história, com o advento do capitalismo. O problema de compreender o desenvolvimento do processo de industrialização numa área dependente ou colonial liga-se diretamente, pois, ao analisar-se as condições de formação do sistema capitalista nestas áreas. Isto significa que o processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista, e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, implica num grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho (1). Este último processo, por sua vez, na medida em que se intensifica em moldes capitalistas, resulta na formação de um mercado especial, o de força do trabalho, que se organiza de forma a exprimir as relações de propriedade que são geradas pelo capitalismo: apropriação dos meios de pro-

dução por uma camada, manutenção da força de produção por outra camada social.

Contudo, estes pré-requisitos são criados pela organização econômica capitalista que antecede a produção propriamente industrial. Antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial.

O processo, no que tem de essencial, é o mesmo da formação do sistema capitalista noutras áreas, secularmente conhecido. Assume, contudo feições particulares, historicamente variáveis. Estas, que são conhecidas em ângulos particulares, é que precisam ser salientadas neste trabalho.

Tenho procurado mostrar, noutros trabalhos, a importância decisiva que teve para o crescimento industrial de São Paulo a organização econômica das fazendas do "Oeste Paulista" (2). Nelas ou graças a elas realizaram-se historicamente as condições básicas que antecederam o desenvolvimento industrial capitalista. Não me refiro ao fato de que a *plantation* era um tipo de exploração econômica capaz de gerar grandes massas de lucros e divisas, apesar da significação que isto possui para o financiamento da industrialização. Penso mais nas *novas condições econômicas* de produção da fazenda cafeeira do Oeste Paulista. A velha fazenda de café do Vale do Paraíba, como a exploração anterior do açúcar do Nordeste, também produzia bons lucros, entretanto, mesmo que as condições referidas no início deste trabalho como favoráveis à industrialização (alteração por qualquer fator estranho à dinâmica interna do sistema no circuito importação-exportação) tivessem operado no período daquelas explorações, não creio que a industrialização pudesse iniciar-se, então, no Brasil. Tanto o café do Vale do Paraíba, como o açúcar do Nordeste, eram explorados nos moldes dos latifúndios escravocratas típicos do Brasil. Estes, por causa de alguns de seus aspectos

tos (principalmente por produzirem lucros) têm sido considerados por muitos autores como formas capitalistas de exploração. Possuíam, contudo, muitas características que, segundo supponho, impediam realmente o desenvolvimento de formas propriamente capitalistas de produção. Basta referir à escravidão e, correlatamente com ela, à condição de empreendimentos autárquicos dos latifúndios escravocratas. Ora, exatamente a produção mercantil generalizada (tanto no latifúndio monocultor cafeeiro como no açucareiro apenas a produção para a exportação era mercantil), e a existência de trabalhadores livres são os pressupostos necessários para o desenvolvimento capitalista. Como não se podiam desenvolver nas plantações do velho estilo, também não se podia generalizar internamente, no País, o sistema capitalista: não se criavam mercados, nem a massa de renda gerada pelas empresas dividia-se em lucros e salários.

A nova fazenda de café do Oeste Paulista, ao contrário, ganhou impulso no período de declínio da escravidão, cujo golpe decisivo havia sido desferido pela proibição do tráfico negro em 1850. O preço do escravo nas duas décadas que antecederam a Abolição (1838) já não compensava economicamente sua utilização. O fazendeiro paulista do "Oeste" do Estado passou, então, a importar mão-de-obra livre e tornou-se, até, abolicionista. Perdia sua condição de *senhor*, para tornar-se um *empresário* capitalista. Em vez de comprar escravos, alugava a força de trabalho de homens livres. E sequer precisou, como seus antecessores capitalistas europeus, libertar pela violência seus trabalhadores dos meios de produção que possuíam: importou-os já inteiramente livres, isto é, livres juridicamente e "livres" da posse de meios e instrumentos de trabalho. Tampouco compartilhou das aflições dos primeiros colonos americanos: a terra já não era tão disponível nos fins do século dezenove para que dela se apropriassem os imigrantes livres. Quando qualquer branco livre podia apropriar-se da terra, só havia um recurso — o escravo. Agora, de novo, os brancos livres: o supri-

condição para
implantação
da industria

mento de escravos escasseava e o desenvolvimento econômico e social do País, expresso na sua consciência jurídica, garantiria que o imigrante seria inapelavelmente força de trabalho disponível. Força de trabalho que, ademais, era tecnicamente superior à escrava e mais barata.

Na fazenda de café do Oeste Paulista, por outro lado, intensificou-se o processo de racionalização da empresa econômica. Para isto a transformação na qualidade da mão-de-obra empregada teve também importância fundamental. Os historiadores e os economistas referem-se aos entraves que a mão-de-obra escrava impunha à ação econômica racional nos latifúndios. Basta pensar que nos momentos de crise da economia açucareira ou cafeeira a mão-de-obra escrava disponível tinha de ser mantida, isto é, o senhor via-se na contingência de alimentar e vestir seus escravos. O recurso era sua aplicação mais intensa nas atividades de mera subsistência e a continuação da produção que não encontrava mercados acumulando-se os estoques. A mão-de-obra assalariada, ao contrário, permite, pura e simplesmente, sua dispensa nos momentos de retração. Além disso, a economia cafeeira teve um impulso enorme nos fins do século passado, do que resultou uma complexidade muito maior nas relações econômicas que permitiam sua ligação com o mercado internacional. Por um lado, todo um sistema de articulações entre a área do Oeste Paulista e os portos de exportação teve que ser criado. Disto desincumbiram-se os fazendeiros-capitalistas que inverteram somas consideráveis em estradas de ferro como a Paulista e a Mojiana. Por outro lado, a comercialização do produto, à medida que crescia sua importância na pauta de exportações, tornava-se, também, mais complexa, exigindo uma rede de casas comissárias (para a exportação) e de bancos (para o financiamento) da qual os próprios fazendeiros não estiveram ausentes.

O fazendeiro de café, nestas condições, tornava-se um empreendedor capitalista. Absenteísta, passou a gerir a propriedade rural através de administradores e capatazes, ocupando-se mais com a aplicação e o rendimento do ca-

*empresário
de terra
negócios
sociais*

pital do que com a administração direta do trabalho. Habitante da cidade, possuía a mente mais aberta às inovações tecnológicas e ao espírito de racionalização da empresa do que seus antecessores, e muitas vezes antepassados, do período cafeeiro do Vale do Paraíba.

Os historiadores referem-se também ao fato de que as fazendas do Oeste Paulista, exatamente por não serem autárquicas, fomentaram ou permitiram o crescimento de núcleos urbanos. Compreende-se a razão disto: o fazendeiro que alugava a força de trabalho do imigrante calcava, como capitalista que se tornava, a rentabilidade do capital variável invertido na empresa sob a forma de salários. É sabido que numa economia de tipo colonial o setor exportador remunera muito mais o capital invertido do que qualquer outro tipo de atividade econômica. Outras palavras: o trabalho aplicado no setor próprio-mente mercantil da economia gera muito mais capital do que aquele aplicado em qualquer outro setor da atividade econômica. Sendo assim, o fazendeiro cuidava de aplicar inteiramente a força de trabalho que comprava na produção do café. Quebrava-se a estrutura auto-suficiente do latifúndio escravocrata. Entretanto, como é sabido, os imigrantes geralmente cultivavam entre os pés de café produtos que serviam à sua subsistência. Mas, não é apenas a agricultura de subsistência que define a empresa agrícola autárquica: a roupa, os utensílios de trabalho e os domésticos e tudo o mais que no período escravocrata era produzido no próprio latifúndio deixa de sê-lo na nova fazenda de café. O fazendeiro não combatia a plantação de milho ou de qualquer outro tipo de produto agrícola na medida em que o colono (imigrante) cuidava destes sem prejudicar a lavoura do café. E não a impedia por uma outra razão também: porque os imigrantes davam preferência ao trabalho nas fazendas que os deixavam cuidar de suas plantações particulares, e em muitos períodos a concorrência na procura da mão-de-obra era intensa, obrigando os fazendeiros a estas concessões. Do ponto de vista que ora nos interessa esta cultura suplementar tem uma

*o setor
comércio
e o que
está seu
do mais
lucro*

concorrência

importância acentuada porque não era fora do comum a produção pelos colonos de víveres além de suas necessidades imediatas de consumo. Este excedente era vendido nos núcleos urbanos, aumentando, pois, a capacidade de consumo do imigrante, ou, quando este era contido, suas possibilidades de escapar da vida agrícola graças às economias acumuladas, que podiam, então, ser invertidas em pequenos negócios nas vilas e cidades.

Numa economia deste tipo é fácil compreender que os núcleos urbanos passavam a exercer funções econômicas importantes, refletindo a intensificação do processo de divisão social do trabalho acarretada pelas condições sociais de produção da fazenda baseada na mão-de-obra livre. Toda a distribuição das mercadorias necessárias ao consumo das fazendas fazia-se através das cidades, mesmo quando havia os famosos "barracões", ou empórios, que monopolizavam, na etapa final, a distribuição dos produtos. É que geralmente estes barracões abasteciam-se nos mercados urbanos. A medida que prosperava a economia cafeeira, ampliava-se o fluxo de trocas, como consequência do aumento da capacidade de consumo de agricultores, e em menor escala, dos colonos. A capacidade de consumo destes últimos, mesmo daqueles cujas chances de melhoria de vida, isto é, de escapar da condição de colonos, era pequena, não se podia comparar com os hábitos de consumo dos escravos.

Generalizava-se, pois, a economia mercantil. Criava-se um mercado para o consumo de produtos industriais, embora estes, na sua quase totalidade fossem importados.

Dentre todos os núcleos urbanos que se beneficiaram com a expansão da lavoura cafeeira nenhum superou a cidade de São Paulo. Para isto houve várias razões. Em primeiro lugar, o novo eixo econômico do Estado passava pela cidade demandando o Pôrto de Santos. Todo o comércio do café paulista fazia-se apenas em São Paulo e Santos. Por outro lado, São Paulo, como capital da Província, foi o grande mercado de mão-de-obra imigrante.

Está claro que a posição geográfica da cidade foi decisiva neste processo, mas não se deve esquecer que sua qualidade de sede político-administrativa também contou para a toda a vida econômica da região convergisse para a cidade. Basta pensar que a imigração foi fomentada e subvencionada pelo Governo e que, portanto, à cidade que servia de sede da administração tinham de acorrer todos os grandes interesses da lavoura. Não foi por acaso que a partir de 1870 São Paulo, que até então era uma cidade de reduzidas proporções e cuja primazia no Estado era disputada por Campinas, passou a ser, no dizer de Pierre Monbeig, a capital dos fazendeiros, dos fazendeiros-capitalistas, ajuntamos, e não dos velhos senhores-do-café. De qualquer forma, a partir desta época a cidade de São Paulo passou a exercer, em proporções muito maiores, as mesmas funções que as cidades da zona do café: tornou-se o grande mercado de distribuição de produtos e de mão-de-obra.

As novas condições de exploração do café criaram, portanto, ao mesmo tempo, tanto a mão-de-obra livre, quanto o mercado consumidor, e instigaram nos mais audazes dentre os fazendeiros, comerciantes ou antigos imigrantes que passaram a negociar ou trabalhar em oficinas nos núcleos urbanos, o espírito de empresa. Este, de resto, em que consiste senão na descoberta de que havendo mercado para o consumo, de um lado, e havendo, de outra parte, capital acumulado nas mãos de alguns e outros necessitando vender sua própria força de trabalho para sobreviver, basta adquirir os meios técnicos para a produção e oferecê-los, a trôco do salário, aos que possuem as aptidões para manejá-los?

As condições sociais apontadas aqui, entretanto, são pré-requisitos para a industrialização, e não a explicam de forma completa. Esta, supõe outros pré-requisitos ainda, e depende para o seu desenvolvimento numa dada área de condições econômicas especiais. Dentre os outros pré-requisitos que não mencionei está, em primeiro lugar, a disponibilidade de uma tecnologia adequada. Nas áreas

Kaomuu
Lado.

que se industrializaram depois da primeira revolução industrial o problema da tecnologia adequada e, portanto, da maquinaria indispensável foi resolvido através da importação. Tal ocorreu também no Brasil, trazendo novos problemas para a continuação do crescimento industrial, uma vez que este tem significado uma tentativa de ruptura das relações coloniais, e o monopólio da técnica pelos países imperialistas continua a ser um dos mais fortes entraves à industrialização do País, e, pois, um instrumento de sujeição. É verdade que o próprio impulso de industrialização cria, naturalmente, condições para a superação d'este estado de coisas, desenvolvendo o gênio inventivo no País e engendrando choques de interesse com os países altamente industrializados que os têm forçado a diminuir as pressões contra a industrialização das áreas atrasadas. Não caberia discutir este problema neste artigo, por isto contento-me com indicar que as grandes áreas de prestígio e de áreas de influência que as grandes potências industriais mantêm no mercado internacional facilitam a importação de bens de equipamento e a quebra do monopólio das patentes.

As condições econômicas especiais a que me refiro dizem respeito exatamente aos processos pelos quais tem sido possível que algumas áreas do globo que se articulavam com os países industriais em termos de exportadores de matérias-primas e de produtos tropicais tem escapado, parcialmente, desta condição. Para esclarecer este problema, no que se refere ao Brasil, é que valem as hipóteses com que os economistas trabalham. Isto é, é preciso considerar a existência de um produto colonial capaz de gerar lucros e divisas (no caso brasileiro, o café) e a emergência de condições peculiares na conjuntura econômica internacional capazes de possibilitar a quebra do sistema exportação de produtos agrícolas e importação de produtos industrializados. Por isto, as duas grandes guerras e os momentos de dificuldades cambiais fomentaram, de fato, a industrialização brasileira. Além de libertarem capitais que normalmente consumiam-se, como dinheiro, para a importa-

o certo da importação

Queria: exportação de produtos agrícolas e importação de produtos industrializados

ção de mercadorias estrangeiras, estas condições atuaram como uma "barreira protecionista natural". E isto teve alguma importância, já que, como é sabido, a política protecionista no Brasil ou foi prematura e inócua (como a tarifa Alves Branco em 1844), ou foi posterior à criação das indústrias de um dado ramo da atividade econômica, aparecendo já como fruto da pressão dos industriais contra a concorrência estrangeira ou o imperialismo.

Estas condições econômicas foram necessárias para a industrialização, mas não são suficientes para que se explique este processo no Brasil. O quadro explicativo mais amplo só se completa quando se considera que anteriormente a economia brasileira sofrera modificações que diziam respeito ao próprio regime social de produção. Inten-sificara-se o processo de organização capitalista da vida econômica: a produção passara a ser baseada na mão-de-obra livre e apoiava-se numa estrutura mercantil generalizada, o que supõe a criação de um mercado consumidor e de um mercado de mão-de-obra. Foi por isto, e só por isto, que a área do Brasil, cuja economia nacional como um todo sofreu os impactos das guerras e das crises cambiais, onde o processo de industrialização penetrou mais profundamente foi em São Paulo, uma vez que nesta última região, como vimos, as condições capitalistas de produção haviam começado a operar desde o último quartel do século dezenove, noutros setores da atividade que não o industrial. Além de São Paulo, nos fins do século dezenove e inícios do século vinte, houve uma outra área na qual seria possível prever-se um surto industrial: o Rio Grande do Sul. E, de fato, a produção industrial daquela região chegou a ter uma significação, na época apontada, paralela à de São Paulo. Explica-se: também lá houve a imigração de trabalhadores livres (anterior mesmo à imigração para a lavoura paulista), e surgiram, também, condições para a formação de um mercado regional. Entretanto, a industrialização do Rio Grande não assumiu as mesmas proporções da que ocorreu em São Paulo. Também se explica: o imigrante do sul era proprietário do seu lote de terra,

ao contrário dos que foram para São Paulo, não constituindo, pois, mão-de-obra disponível que se visse na contingência de alugar sua força de trabalho para sobreviver. Nem houve, por outro lado, no sul, a exploração de um produto do tipo do café, isto é, capaz de gerar grandes lucros e de absorver, por isto mesmo, a maior parte do esforço produtivo, o que obrigaria a intensificação do processo de divisão social do trabalho e a criação de um mercado razoável. Por tudo isto, a atividade produtiva no sul no período aqui considerado foi marcadamente artesanal, ou se organizou em pequenas oficinas.

As afirmações que fiz não implicam, contudo, que a industrialização de São Paulo tenha sido realizada apenas através dos fazendeiros de café que, como capitalistas, passaram a se interessar pela produção de máquinas para a agricultura ou pela produção de bens de consumo em geral. Não existem dados suficientes para que se avalie a importância da participação direta dos fazendeiros nos primórdios da indústria paulista. Pode ser, até, menor do que muitos supõem. Quis ressaltar apenas que as modificações no sistema econômico de produção operadas nas fazendas do Oeste Paulista criaram condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Sabe-se, porém, que parte dos primeiros empreendedores industriais foi recrutada entre comerciantes(3) e que outros provieram dos próprios grupos imigrantes. A carreira de muitos dos grandes industriais paulistas começou nas lides do campo, no pequeno comércio ou nas atividades artesanais a que se dedicou a maior parte da população migrante.

A mão-de-obra industrial, como já disse, foi recrutada principalmente entre os imigrantes, e neste sentido a industrialização de São Paulo também teve uma relação direta com a lavoura cafeeira. Na Europa, comumente, houve a expropriação da terra e a expulsão violenta do camponato para as áreas industriais, como condição para a industrialização. No Brasil, por causa do café, importou-se mão-de-obra rural já na condição de *não proprietária* para trabalhar nos campos; mais tarde esta população refluíu

para as cidades na mesma condição que chegou ao Novo Mundo: livre de qualquer propriedade. Entretanto, neste caminho de volta para as cidades os imigrantes ou seus descendentes vieram, freqüentemente, encontrar-se com antigos patrícios, mas já agora uns como patrões, outros como operários. Uns "fizeram a América" a custa dos outros.

Os antigos escravos não foram, em regra, aproveitados pela indústria nascente (4). A condição de homens juridicamente livres não alterou nêles, naturalmente, a mentalidade e os hábitos de escravos, que eram incompatíveis com o trabalho assalariado livre nas indústrias. O processo de absorção dos negros livres pelas indústrias é mais recente (data dos últimos vinte anos) e realizou-se posteriormente a um longo período em que os ex-escravos e seus filhos viveram no desregramento e na miséria, suportando sob seus ombros a carga de privações e de bestialização que, na Europa, os primeiros trabalhadores livres da indústria e os camponeses arruinados pela penetração capitalista nos campos tiveram que sofrer. O que não significa que o ex-escravo não tenha exercido um papel importante na industrialização do Brasil: contribuíram, seja como força de trabalho eventualmente disponível, seja como símbolo do trabalho aviltado, para o barateamento da mão-de-obra.

Só mais recentemente tem havido o aproveitamento pela indústria da mão-de-obra que é libertada do trabalho rural por causa da introdução da tecnologia moderna ou pela apropriação capitalista da terra, quando então o processo de proletarianização é antecedido pelo de expropriação de posseiros e usuários tradicionais de lotes de terra. Este último processo não é, também, suficientemente conhecido, o que impede a avaliação de sua importância para a formação do contingente operário brasileiro. Parece, contudo, que se a ête somarmos outros processos que lhe são concomitantes, como o do arruinamento de pequenos sítiantes das áreas mais atrasadas do País, sua importância é consideravelmente maior. O suprimento de mão-de-obra desqualificada de

Banco:
arruina
mento d
regimen
nãoz

São Paulo, nos últimos anos, vem sendo assegurado, exatamente, pelas populações rurais miseráveis das áreas de economia de subsistência, sobretudo das zonas sujeitas às secas do chamado Nordeste brasileiro.

Creio, para encerrar este artigo, que indignei, embora esquematicamente, as condições sociais que permitiram a industrialização de São Paulo. A análise destas condições — que, repito, são as da formação do sistema capitalista de organização econômica — não esgota as possibilidades de explicação do processo de industrialização. A ela é preciso somar a análise das condições naturais e das condições econômicas que suscitaram ou permitiram o crescimento industrial, a algumas das quais me referi de passagem. O equívoco que se deve evitar, ao que penso, é o da utilização de esquemas meramente econômicos que deixam de considerar a industrialização nos seus devidos termos, isto é, como um processo histórico-social real. Neste sentido, a síntese que apresentei é também incompleta. Existem muitas outras condições a serem examinadas e esboçadas para que se tenha uma interpretação mais rica do processo em questão, bastando referir às condições propriamente políticas que não foram aqui discutidas. Entretanto, o ponto central para a caracterização do processo de industrialização nas condições em que ele se efetuou no Brasil foi indicado: sua emergência dependeu da formação de duas camadas sociais distintas, por um lado a dos que como donos do capital podiam dispor dos meios de produção, e por outro a dos que, sendo homens livres, dispunham apenas de sua força de trabalho. (5)

NOTAS

(1) Os clássicos que cuidaram da explicação sociológica e econômica do capitalismo permitem estas afirmações. Veja-se, por exemplo, Marx. Referindo-se ao capital produtivo diz: "Como se vê, este estado de coisas (a produção capitalista industrial) requer já algum grau de circulação dos produtos como mercadorias e, portanto, de desenvolvimento da produção mercantil." Mais adiante: "O fato de que a primeira

fase (do ciclo do capital dinheiro) seja D-M (dinheiro que compra mercadoria) faz com que ressalte também o mercado de mercadorias como origem dos elementos do capital produtivo e, em geral, a circulação, o comércio, como os fatores que condicionam o processo capitalista de produção". Carlos Marx, *El Capital*, tomo II, Fondo de Cultura Económica, México, 1946, págs. 44 e 66, respectivamente.

(2) A região denominada Oeste Paulista não corresponde rigorosamente ao oeste geográfico. Ela abrange a área que vai de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduba, na linha férrea da Companhia Paulista; e de Campinas para Piracununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na estrada de ferro Mojima. Historicamente quando há referências ao Oeste Paulista visa-se a região servida por estas duas estradas de ferro e seus ramais. A famosa terra roxa do café paulista espalha-se em manchas nesta área.

(3) Faço estas afirmações baseado em levantamentos que fiz nas coleções do jornal *A Província de São Paulo*, do último quartel do século dezanove, e noutra levantamento, ainda incompleto, que venho realizando nos livros de registro dos impostos de indústria e profissões, de 1914 a 1930.

(4) Esta afirmação se comprova com a leitura de um livro de Antônio Francisco Bandeira Júnior, *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*, onde há descrição minuciosa das fábricas visitadas pelo autor, nas quais os trabalhadores eram, na sua esmagadora maioria, imigrantes ou seus descendentes.

(5) Não me referi neste artigo à industrialização das áreas cujo regime de produção é socialista. Mas é óbvio que os requisitos para a industrialização destas áreas precisam ser analisados de maneira diferente. Quanto à análise das condições que permitiram a industrialização do Brasil, o leitor estrangeiro interessado encontrará elementos analíticos nos seguintes trabalhos, que serviram de ponto de partida para a análise sintética que desenvolvi neste artigo:

1) Caio Prado Júnior, *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1957; *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1958, 4.^a edição.

2) Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura S. A., Rio de Janeiro, 1959; *A Economia Brasileira*, Editora A Noite, Rio de Janeiro, 1954.

3) Heitor Ferreira Lima, *Evolução Industrial de São Paulo*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1954.

4) Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, n.º

28, Paris, 1952; *La Croissance de la Ville de São Paulo*, Institut et Revue de Geographie Alpine, Grenoble, 1953.

5) Roberto Simonsen, *Brazil's Industrial Evolution*, Escola Livre de Sociologia e Política, São Paulo, 1939.

6) Sérgio Milliet, *Rotetiro do Café a outros Ensaios*, Coleção Departamento de Cultura, vol. XXV, São Paulo, 1941, 3.^a edição.

AMEAÇA À LIBERDADE DE ENSINO

O movimento liderado pelos estudantes, com a solidariedade de trabalhadores, professores e intelectuais, contra o substitutivo Carlos Lacerda ao projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado pela Câmara dos Deputados, terá sido o acontecimento mais importante ocorrido no Brasil nestes últimos meses.

A aprovação pela Câmara Federal daquela matéria, realizada de surpresa e consumada em apenas cinco minutos de votação, causou inigualável impacto no País. Entretanto, a reação popular foi de tal forma pronta, rápida, enérgica e dinâmica que está valendo como uma demonstração a mais do nível elevado de politização atingido pelos mais amplos setores da opinião pública, nem sempre sensível, pelo menos de imediato, à adoção de leis contrárias aos seus mais claros interesses.

Nunca, na história nacional, um assunto dessa natureza, complicado por sofismas e sutilezas introduzidas na sua forma, diretamente ligado ao futuro da cultura do povo brasileiro, galvanizou de forma tão expressiva a população, hoje empolgada numa luta que sabe deci-

siva para os seus interesses, o seu futuro e a sua própria sobrevivência como parte esclarecida e autônoma da comunidade e, conseqüentemente, apta a dirigir os seus próprios destinos.

Pressionados, indubitavelmente, pelas poderosas instituições partculares de ensino, especialmente por aquelas mais fortes, ligadas às ordens e congregações religiosas, os deputados federais aprovaram o substitutivo do Sr. Carlos Lacerda quase que em surdina. A opinião pública somente no dia seguinte àquela decisão, quando o fato parecia consumado, tomou plena consciência do erro cometido pelos seus legisladores e, de imediato, se mobilizou, nacionalmente, para impedir a aprovação da matéria pelo Senado da República ou, em última instância, conseguiu do Presidente Juscelino Kubitschek (empolgado em metas desenvolvimentistas que não poderão olvidar a instrução pública) a garantia de que vetará o documento, no caso de ele sair aprovado nas duas casas que compõem o Congresso Nacional.

Estudantes, professores, operários, intelectuais, congregados numa mesma posição, inspirados pela mes-

